

Anexo III

**Listagem das entidades nas quais participa o
Município de Torres Vedras**

(em atualização)

Afloeste - Associação Interprofissional da Floresta do Oeste

O Sistema de Gestão Florestal Sustentável da Região do Oeste consiste na construção e implementação dum esquema de valorização da produção florestal, concebido de acordo com a norma portuguesa que estabelece os requisitos para os proprietários e gestores florestais que pretendem obter a certificação florestal, NP 4406 "Sistemas de gestão florestal sustentável - Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável".

A certificação florestal funciona como um comprovativo para o mercado do cumprimento das boas práticas na exploração, segundo uma norma com reconhecimento internacional. O Sistema Gestão Florestal Sustentável pressupõe a constituição de uma entidade legalmente constituída. A Afloeste foi criada em 2011, é representante dos aderentes sendo responsável pela implementação da norma de gestão florestal sustentável e obtenção da certificação regional.

Parceiros: Município de Sobral de Monte Agraço, CELPA, ALAMBI

Site: afloeste.wixsite.com

Quota anual: 1500 €

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Agência de Desenvolvimento Costeiro ecoCOAST

A Agência de Desenvolvimento Costeiro ecoCOAST é a entidade que está responsável pela gestão e implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) ecoMAR.

A EDL ecoMAR, concebida para efeitos da candidatura dos municípios de Torres Vedras e Lourinhã ao instrumento “Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC” do Portugal 2020, consiste num conjunto integrado de operações a concretizar nas freguesias litorais dos dois concelhos através da concertação estratégica e operacional entre parceiros representativos de diversos setores públicos e privados, que no seu conjunto constituem o Grupo de Ação Local (GAL) ecoMAR. A concretização da Estratégia de Desenvolvimento Local ecoMAR tem como fim último a intervenção, de forma operativa, sobre o conjunto vasto de desafios e potencialidades que se colocam atualmente às comunidades costeiras da área de intervenção.

Parceiros: composto por 35 parceiros, representantes dos interesses socioeconómicos locais e por agentes públicos com intervenção relevante tanto ao nível da sua esfera de atuação como no âmbito territorial de intervenção.

Site: www.ecomar.pt

Quota anual: 1200 €

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: assembleia geral no dia 25 de março

Águas do Tejo Atlântico

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um prazo de 30 anos.

A empresa tem como objetivo a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Participação de Torres Vedras no capital social: 0,63%

Parceiros: capital social distribuído pelos municípios abrangidos, pela OesteCIM e pela Águas de Portugal SGPS, SA.

Site: www.aguasdotejoatlantico.adp.pt

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: assembleia geral no dia 5 de abril

Águas do Vale do Tejo

A Águas do Vale do Tejo é uma sociedade anónima de capitais públicos, resultante da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, criada pelo Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio, e redenominada pelo Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março. A empresa tem por objeto social a exploração e gestão, em regime de exclusividade, do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento do Vale do Tejo, por um prazo de 30 anos.

A gestão do sistema foi delegada na EPAL nos termos previstos no decreto-lei de constituição da sociedade.

Participação de Torres Vedras no capital social: 3,09%

Parceiros: capital social distribuído nos termos do disposto no Anexo ao Anexo VI do Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março.

Site: www.sanest.pt

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: assembleia geral no dia 3 de abril

Aliança ODS Portugal

A Aliança ODS Portugal é uma plataforma *multistakeholder*, capaz de organizar os seus membros consoante os ODS e metas que pretendem trabalhar, selecionadas através de um formulário, de forma a promover pontes de diálogo e cooperação, como advoga o ODS17, assim como criar bases sustentáveis para o desenvolvimento de parcerias e a criação de projetos, programas e ações.

Da mesma forma, a ALIANÇA pretende promover e divulgar iniciativas bem-sucedidas, possibilitando a aprendizagem horizontal e o reconhecimento internacional das iniciativas portuguesas, permitindo desta forma que sejam inseridos na ALIANÇA ODS PORTUGAL projetos já existentes.

Site: globalcompact.pt/alianca-ods

Representante da entidade: Cláudia Sofia Horta Ferreira

AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás

Associação de municípios que procura dinamizar o uso do Gás Natural como fonte de energia económica, segura e mais amiga do ambiente. Acautela os interesses dos Municípios face aos operadores das redes de Gás, promove a segurança dos equipamentos que utilizam o Gás e da Certificação dos mesmos, apoia o uso do Gás Natural e do Biogás nos transportes, face à sua vertente ecológica, assim como a cogeração (produção de eletricidade, vapor de água, aquecimento e refrigeração com o uso de Gás Natural).

Parceiros: câmaras municipais de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Loures, Mafra, Odivelas, Torres Vedras e Vila Franca de Xira

Site: amagas.com

Quota anual: 3774,7 €

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Atividade recente: reunião do conselho diretivo no dia 29 de março; reunião da assembleia intermunicipal no dia 29 de março

AMEGA - Ass. de Municípios de Estudos e Gestão da Água

A AMEGA - Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água foi constituída em outubro de 1994 e integra 19 municípios que desenvolvem a sua atividade de distribuição domiciliária de água na área de influência da EPAL.

A associação tem por objeto o estudo de questões relacionadas com a distribuição domiciliária de água e com a coleta e tratamento de águas residuais e o fomento da cooperação entre os associados em matéria de política da água.

Parceiros: 19 municípios: Alcanena, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cascais, Constância, Entroncamento, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha

Quota anual: 1824,05 €

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Atividade recente: assembleia intermunicipal no dia 29 de abril

AMO MAIS - Associação de Fins Específicos

Resulta da entrada em vigor da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, na qual a Comunidade Urbana do Oeste, constituída ao abrigo da Lei nº 10/2003, de 13 Maio, foi automaticamente transformada em associação de fins específicos - Amo Mais, que engloba empresas multimunicipais cujos objetos societários estejam diretamente relacionados com fins públicos de relevância municipal ou intermunicipal, designadamente a valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos entregues pelos municípios associados, através da detenção de uma participação social na empresa gestora do sistema multimunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos que abrange o universo de municípios associados, participar no capital social de sistemas multimunicipais criados ou reconvertidos ao abrigo da Lei nº 53F de 29 de Dezembro, quaisquer que sejam os seus objetos societários, conquanto aquelas indiquem expressamente o fim a que se dedicam.

Parceiros: constituída por 13 municípios: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

Site: www.oestecim.pt

Quota anual: 1200 €

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Assembleia Geral da “Turismo Centro de Portugal”

A Assembleia Geral é um dos órgãos do Turismo Centro de Portugal, é a entidade regional de Turismo do Centro de Portugal.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

ASSIM - Associação de Intercâmbio Intermunicipal

A ASSIM - Associação de Intercâmbio Intermunicipal é uma associação que tem como objetivo promover o intercâmbio e a divulgação da cultura e do património do município de Torres Vedras junto de outros municípios.

Representante da entidade: Cláudia Sofia Horta Ferreira

Associação das Cidades Educadoras

O movimento das Cidades Educadoras iniciou-se em 1990 com o 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, onde as cidades participantes se comprometeram a trabalhar em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, em conformidade com os princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras.

Parceiros: Atualmente a Associação possui 450 cidades associadas de todo o mundo.

Site: www.edcities.org

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues

Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal

A Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal (ARVP) foi constituída no dia 6 de maio de 2014 e resultou de um projeto impulsionado pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), com o objetivo de fomentar um turismo de vinho de qualidade, baseado numa promoção integrada das Rotas do Vinho.

A Associação integra representantes das Rotas do Vinho já existentes, de associações ligadas à gastronomia, hotelaria e vinhos, de várias Entidades de Turismo regionais e da Associação de Turismo de Portugal, entre outros parceiros.

Parceiros: Associação Rota da Bairrada, Associação da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal, Associação da Rota dos Vinhos de Lisboa, Federação das Confrarias Báticas de Portugal, Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas, PHTO Travel Consulting Lda, Grater-Associação de Desenvolvimento Regional, Technin-Training, S.A, Idtour-Unique Solutions Lda, Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, Região de Turismo do Algarve, Entidade de Turismo do Centro de Portugal, Federação Portuguesa de Turismo Rural, Associação Nacional de Turismo, Entidade de Turismo do Alentejo , Fundação Museu do Douro, Municípios de Cartaxo, Almeirim, Oeiras, Sintra, Loures, Coruche, Rio Maior, Pinhel, Monção, Praia da Vitória, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Câmara de Lobos, Moura, Gouveia, Lourinhã, Cadaval, Alenquer, Vidigueira, Lagoa, Madalena, Ourém, Viana do Castelo, Santa Marta de Penaguião, Beja, Setúbal, Peso da Régua, Grândola, Tomar, Torres Vedras, Anadia, Barcelos, Silves, Tabuaço, Cascais, Reguengos de Monsaraz e Câmara de Lobos

Site: rotadosvinhosdeportugal.pt

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Atividade recente: assembleia geral no dia 14 de março e no dia 16 de maio

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

A Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) foi criada a 30 de abril de 2007 e apresenta-se como porta-voz de todos os municípios com vincada tradição vitivinícola.

Desenvolve ações e atividades de interesse comum a todos os seus municípios associados a nível local, nacional e europeu e tem como missão a afirmação da identidade histórico-cultural, patrimonial, económica e social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.

Entre os seus objetivos estratégicos está a valorização do potencial endógeno dos territórios cuja economia, cultura e identidade histórica estão fortemente associadas ao vinho.

Site: ampv.pt

Quota anual: 1600 €

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Atividade recente: assembleia no dia 11 de janeiro; assembleia intermunicipal no dia 29 de março

Associação Nacional de Municípios

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado, fundada em maio de 1984. São membros da ANMP todos os Municípios Portugueses e Associações de Municípios que declarem aderir à Associação mediante deliberação do órgão executivo (Conselho Diretivo) e aprovação pelo órgão deliberativo (Conselho Geral).

- A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local e, em especial:
- A representação e defesa dos Municípios e das Freguesias perante os órgãos de soberania;
- A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros;
- O desenvolvimento de ações de informação dos Eleitos Locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local;
- A troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros;
- A representação dos seus membros perante as organizações nacionais ou internacionais.

Site: www.anmp.pt

Quota anual: 6071,8 €

Atividade recente: reunião do Conselho Diretivo da ANMP no dia 23 de abril

Associação para a Promoção da Segurança Infantil

A APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil trabalha para a promoção de comportamentos, práticas e criação de ambientes e produtos que garantam às crianças e jovens um crescimento saudável.

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras

A Rota Histórica das Linhas de Torres é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, composta pelos seis municípios fundadores e contempla, nos seus estatutos, a possibilidade e intensão de integrar outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

A RHLT tem como missão a defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico e urbanístico relacionado com as Linhas de Torres, com vista à concretização dos seguintes objetivos:

- Intercâmbio de experiências entre associados, nomeadamente ao nível da conservação e salvaguarda do património,
- Planificação de uma política de produção e promoção turística;
- Desenvolvimento de uma estratégia para uma política cultural e turística;
- Regulamentação e gestão da marca RHLT;
- Promoção da consciencialização da importância histórica e patrimonial deste Monumento (enquanto conjunto);
- Fomento económico, promovendo o envolvimento interativo (cívico, cultural e económico).

Parceiros: Municípios fundadores da Associação: Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Site: www.linhasdetorresvedras.com

Quota anual: 5000 €

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Associação Plataforma para a Construção Sustentável - Cluster Habitat Sustentável

A Associação Plataforma para a Construção Sustentável é uma associação sem fins lucrativos que envolve em rede instituições de I&D, municípios e a importante comunidade empresarial da fileira do Habitat, na afirmação de uma especialização em Construção Sustentável.

Representante da entidade: Bruno Miguel Félix Ferreira

Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico

Associação de municípios que tem como objetivos: Reunir todos os municípios portugueses com zonas antigas nos seus aglomerados urbanos, merecedoras de preservação; Promover ações com vista à defesa, conservação, recuperação, reabilitação, revitalização e animação dos Centros Históricos, considerando-as zonas carecidas de proteção prioritária, pelos valores em presença e, principalmente, enquanto fatores determinantes para o progresso e bem-estar das populações; Desenvolver os esforços para a mais estreita colaboração com entidades que visem os mesmos objetivos e que, por todos os meios, possam cooperar na salvaguarda do património cultural.

Parceiros: constituída por 93 municípios: Abrantes, Alcochete, Alenquer, Almeida, Almeirim, Alpiarça, Alter do Chão, Angra do Heroísmo, Armamar, Alvito, Arcos de Valdevez, Arronches, Alcobaça, Almada, Beja, Belmonte, Braga, Bragança, Caminha, Cabeceiras de Basto, Campo Maior, Cascais, Castelo de Vide, Castro Marim, Celorico da Beira, Chaves, Constância, Coimbra, Crato, Elvas, Estremoz, Évora, Faro, Figueira da Foz, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Funchal, Góis, Gondomar, Grândola, Guarda, Guimarães, Lagoa, Lagos, Lamego, Lisboa, Loulé, Lousã, Machico, Marinha Grande, Marvão, Matosinhos, Melgaço, Mértola, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Montemor-o-Velho, Montijo, Moura, Mourão, Nazaré, Ourém, Ovar, Penacova, Penamacor, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte Lima, Porto, Reguengos de Monsaraz, Resende, Sabugal, Salvaterra de Magos, Santarém, Santiago do Cacém, São João da Pesqueira, Serpa, Silves, Setúbal, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Tavira, Tomar, Torres Vedras, Trancoso, Valença, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Franca de Xira, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Gaia e Vila Real.

Site: www.apmch.pt

Quota anual: 1070 €

Atividade recente: reunião de direção no dia 27 de março

Representante da entidade: Bruno Miguel Félix Ferreira

Associação Portuguesa do Veículo a Gás Natural

A Associação Portuguesa do Veículo a Gás Natural tem como objetivo a promoção de uma ampla utilização de veículos a gás natural e outros veículos com combustíveis gasosos destinados tanto ao tráfego rodoviário como ao ferroviário e ao marítimo.

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

A Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos é uma associação sem fins lucrativos em Lisboa. Foi fundada em 1983 no seguimento de uma vontade coletiva de salvaguarda dos monumentos militares portugueses.

Representante da entidade: Bruno Miguel Félix Ferreira

AVA - Associação para a Valorização Agrária

A Associação para a Valorização Agrária-AVA, Associação sem fins lucrativos, foi criada em 1989 com o intuito de fundar a Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, na altura, Escola Profissional Agrícola de Torres Vedras, estando sediada na Quinta da Fonte Portela em Runa, onde está implantada a Escola.

São objetivos desta Associação:

- Promover a formação e valorização profissional no domínio agrário;
- Desenvolver atividades culturais e científicas no âmbito da atividade agrária;
- Contribuir para a participação dos seus membros na discussão de problemas de ensino Agrário;
- Defender e promover os valores fundamentais do ser humano;
- Cooperar com todos os organismos nacionais ou estrangeiros, cujos princípios não contrariem os aqui definidos.

Parceiros: Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal

Site: moodle.epafbl.edu.pt

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: assembleia no dia 6 de março

CAERO - Centro de Apoio ao Empresário

O CAERO - Centro de Apoio ao Empresário, Lda., foi constituído em 1995, sendo uma sociedade comercial por quotas com sede em Torres Vedras. É representado por cinco quotas correspondendo a cada um dos sócios: IBEROPARK - Inovação e Parques Empresariais, Associação Empresarial, AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, ADRO - Agência para o Desenvolvimento da Região Oeste, ACIRO - Associação Comercial Industrial e Serviços da Região Oeste e Município de Torres Vedras.

O CAERO foi criado com o intuito de defender os interesses dos empresários dos diversos setores de atividade, das diversas entidades de âmbito educacional e de todos os particulares da Região, assim como, apoiar e promover ações de interesse regional e económico.

Site: www.caero.net

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: assembleia geral no dia 26 de março

Centro de Estudos e Sondagens de Opinião - CESOP - LOCAL

A missão do CESOP-Local é realizar estudos aplicados em territórios administrativos, tendo como referência os 17 objetivos e 169 metas constantes na Agenda 2030, catalogados através do conhecimento, envolvimento e participação dos cidadãos nas medidas de transição para a sustentabilidade implementadas no terreno.

Site: cesop-local.ucp.pt

Representante da entidade: Cláudia Sofia Horta Ferreira

CERU - Centro Europeu dos Riscos Urbanos

O Centro Europeu de Riscos Urbanos (CERU), criado em 1999, é uma associação privada sem fins lucrativos, subscrito pelo Ministério da Administração Interna, e insere-se no quadro do Acordo Parcial Aberto em matéria de prevenção, de proteção e de organização dos socorros contra os grandes riscos naturais e tecnológicos EUR-OPA Majors Hazards Agreement.

O CERU tem como objetivo apoiar e divulgar projetos de estudo e de investigação levados a cabo pela comunidade técnico-científica, em estreita colaboração com diversos departamentos municipais e elementos da comunidade civil, em particular com os diferentes serviços de proteção civil (a nível local, regional e nacional).

Através da divulgação dos resultados o CERU pretende apoiar, dinamizar e facilitar a transferência de conhecimentos, permitindo a implementação de ações pela população em geral, visando a minimização dos riscos e aumentando a sua resiliência.

Através do CERU será também facilitada a troca de experiências e conhecimentos com colegas estrangeiros, em particular, no âmbito de ações a desenvolver entre os diferentes centros do acordo EUR-OPA.

Parceiros: Autoridade Nacional de Proteção Civil; Faculté des Sciences, Rabat; ING - CNRST - Maroc; IDL-FCUL; Italian Civil Protection, Roma (Italia); CUEBC - Ravello, (Italia); Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Lagos; Esc. Profissional Gustave Eiffel, Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Câmara Municipal de Setúbal (SMBPC); CES - Universidade de Coimbra; IDL - ISEL, Lisboa; IPMA, Lisboa; Associação para o Planeamento da Família

Site: www.ceru-europa.pt

Quota anual: 200 €

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: assembleia geral de dia 22 de março

CES - Conselho Económico e Social (membro pelo Conselho Regional das CCDR Lisboa e Vale do Tejo no mandato 2016-2019)

O CES é um órgão constitucional de consulta e concertação social tendo por principais objetivos a promoção da participação dos agentes económicos e sociais nos processos de tomada de decisão dos órgãos de soberania, no âmbito de matérias socioeconómicas, sendo, por excelência, o espaço de diálogo entre o Governo, os Parceiros Sociais e restantes representantes da sociedade civil organizada.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

CIVINET - Espanha e Portugal

Associação sem fins lucrativos, a Rede CiViNET Espanha e Portugal, foi constituída após conclusão do programa europeu CiViNET com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos realizados no âmbito do projeto europeu CIVITAS sobre a Segurança Rodoviária e Mobilidade Sustentável.

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

CIVITAS

A iniciativa CIVITAS consiste numa rede de cidades que tem como objetivo promover uma mobilidade urbana mais limpa, eficiente e sustentável.

Lançada pela Comissão Europeia em 2002, a rede já testou e implementou cerca de 800 medidas e soluções de transporte urbano, fruto de projetos de demonstração em mais de 80 “cidades-laboratório” em toda a Europa.

De forma a complementar esta experiência prática, a rede CIVITAS desenvolve projetos de investigação e inovação, procurando alicerçar o compromisso político em torno da mobilidade sustentável.

Site: civitas.eu

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

CLAS - Conselho Local de Ação Social

O Conselho Local de Ação Social de Torres Vedras (CLASTV) é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas. Atualmente é constituído por cerca de 90 entidades públicas e privadas que formalmente aderiram à Rede Social de Torres Vedras.

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Colegiada de Nossa Senhora da Anunciação da Lourinhã

A Colegiada tem como principais objetivos a defesa, o prestígio, a valorização e a divulgação da Aguardente Vínica da Região Demarcada Lourinhã.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

As comissões de proteção de crianças e jovens são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Comissão Distrital da Defesa da Floresta

As comissões de defesa da floresta, de âmbito distrital são estruturas de articulação, planeamento e ação que têm como missão a coordenação de programas de defesa da floresta.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Comissão Municipal da Defesa da Floresta

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta é uma estrutura de articulação, planeamento e ação que tem como missão a coordenação de ações relacionadas com a definição de políticas e orientações no âmbito da defesa da floresta.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Comunidade Intermunicipal do Oeste - Oeste CIM

A Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial que visa a prossecução conjunta com os municípios associados as suas atribuições, em prol de um território que pretende ser exemplo a nível nacional nas temáticas do desenvolvimento e da qualidade de vida, procurando sempre ter uma visão futurista e global de uma realidade intermunicipal, promovendo o planeamento da gestão e da estratégia de desenvolvimento económico social e ambiental do território abrangido, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

Corresponde à Unidade Territorial Estatística Nível III (NUT III) Oeste).

Parceiros: constituída por 13 municípios: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

Site: www.oestecim.pt

Quota anual: 82532,76 €

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: reuniões ordinárias de 15 em 15 dias; assembleia intermunicipal no dia 16 de abril

CNAF - Confederação Nacional das Associações de Família

A CNAF - Confederação Nacional das Associações de Família tem como objetivo promover os direitos e interesses das famílias, nos vários domínios da vida social, intervindo como “parceiro social” em todas as matérias em que, na legislação ou na administração, digam respeito à Família.

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

A CPCCRD é uma entidade que representa as coletividades ou outras associações de cultura, recreio e desporto. Um dos seus objetivos passa por representar o movimento associativo de raiz popular, cujas atividades se desenvolvam nas áreas da cultura, do recreio e do desporto.

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Confraria da Pera Rocha

A Confraria da Pera Rocha do Oeste foi criada pela Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha e foi a primeira do País alusiva a fruta.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Confraria dos Enófilos da Estremadura

A Confraria dos Enófilos da Estremadura tem por missão divulgar, promover e dignificar os vinhos produzidos na Região Vitivinícola de Lisboa. Esta confraria congrega indivíduos e organizações relacionados ou não, profissionalmente com a produção da vinha e do vinho.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Conselho Municipal da Juventude

O conselho municipal de juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação foi regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Este órgão é definido como “Uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues

Conselho Regional da CCDR Centro

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), organismo desconcentrado do Ministério do Planeamento, com tutela conjunta com o Ministério do Ambiente, dotado de autonomia financeira e administrativa, tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUTS II Centro, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

Cabe, assim, à CCDRC assegurar a prestação eficiente dos serviços no seu âmbito de atuação, colocando-os na linha da racionalização e modernização dos serviços públicos e atuando com a necessária competência técnica para se tornar um instrumento eficaz da ação governativa. Por outro lado, cabe-lhe estimular e promover os agentes e as atividades regionais, contribuindo para a prossecução dos grandes desígnios da coesão do espaço regional e nacional e para o reforço da competitividade em torno da valorização dos recursos regionais e da promoção da inovação.

Site: www.ccdrc.pt

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Atividade recente: reunião do conselho regional no dia 16 de abril

Conselho Regional da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo

É um órgão consultivo da CCDR, representativo dos vários interesses e entidades públicas relevantes para a prossecução dos seus fins. O Conselho Regional é composto pelos seguintes membros com direito a voto:

- 52 Presidentes das câmaras municipais (abrangidas na área geográfica de atuação da CCDR);
- Dois representantes das freguesias da área de intervenção da CCDR, indicados pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE);
- Um representante de cada entidade com assento na comissão permanente de concertação social do Conselho Económico e Social;
- Dois representantes das universidades sediadas na região, nomeados pelo Conselho de Reitores;
- Um representante dos institutos politécnicos sediados na região, designado pelo conselho coordenador;
- Um representante das entidades regionais de turismo;
- Dois representantes das organizações não-governamentais do ambiente;
- Dois representantes das associações de desenvolvimento regional;
- Um representante das associações de desenvolvimento local;
- Um representante das associações cívicas com expressão regional;
- Até duas individualidades de reconhecido mérito na região.

Participam, igualmente, ainda que sem direito de voto, o presidente da CCDR e o Membros do Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR.

Site: www.ccdr-lvt.pt

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

CREIAS - Centro Regional de Educação e Inovação Associada à Sustentabilidade do Oeste

O CREIAS-Oeste (Centro Regional de Educação e Inovação Associada à Sustentabilidade do Oeste) é um RCE (Centro Regional de Excelência da Educação para o Desenvolvimento Sustentável).

Os objetivos do CREIAS Oeste são:

- Construir uma plataforma para a partilha de informações e experiências entre instituições locais e regionais com o fim de formar parcerias para o Desenvolvimento Sustentável (DS)
- Construir uma base de conhecimento para apoiar pessoas e instituições envolvidas na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
- Promover, a longo prazo, a realização dos grandes objetivos do DS, nomeadamente, a proteção ambiental, a justiça social e a promoção da qualidade de vida da geração atual, respeitando os direitos de gerações futuras a um desenvolvimento sustentável.
- Promover a partilha de informações e experiências com outros RCE (Centro Regional de Excelência para a EDS), a nível global.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Declaração Basca

A Declaração Basca define novos caminhos para as Cidades e Cidadãos Europeus criarem cidades produtivas, sustentáveis e resilientes para uma Europa habitável e inclusiva. O documento visa "apoiar e acelerar a transformação sociocultural, socioeconómica e tecnológica, com o objetivo de garantir qualidade de vida às populações, enquanto são respeitados os limites dos ecossistemas locais e globais e os recursos naturais

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

HyER - Hydrogen Fuel Cells and Electro-mobility in European Regions

HyER constitui-se como uma rede de regiões e cidades europeias, que conta com a colaboração da Comissão Europeia, e cujo objetivo é afirmar-se como um suporte da implementação das infraestruturas e da comercialização associadas ao hidrogénio, às células de combustível e à mobilidade elétrica no espaço europeu, contribuindo desta forma para a redução das emissões de carbono e para a sustentabilidade dos transportes, bem como do sistema energético na União Europeia.

Parceiros: A HyER é constituída por diversas cidades de 15 países europeus.

Site: www.hyer.eu

Quota anual: 5000 €

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Hydrogen Regions/Cities

A Hydrogen Regions/Cities tem como objetivos:

- Envolver as Regiões e Cidades da Europa para desenvolver casos de negócio de aplicações das pilhas de combustível e produtos de hidrogénio onde podem atuar como utilizadores primários ou partes interessadas, trabalhando em estreita colaboração com parceiros da indústria;
- Ajudar as Cidades/Regiões a encontrar fontes de financiamento para a implementação de projetos futuros identificados, bem como identificar e potenciar a capacidade a nível local existente que possa ser explorada para a nível local criar, eventualmente, novos empregos e crescimento económico.

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

ICLEI - Local Governments for Sustainability

Para alcançar a sustentabilidade e promover a Agenda 21 Local junto dos governos e parceiros locais, o ICLEI fornece aos seus membros informação, formação, organiza conferências, promove a troca de experiências e leva a cabo projetos-piloto de investigação, dispondo, ainda, de serviços técnicos e de consultadoria. O Município de Torres Vedras é membro do ICLEI desde novembro de 2007.

Parceiros: A associação é constituída por mais de 1000 autoridades locais de todo o mundo.

Internet: www.iclei.org

Quota anual: 1200 €

Representante da entidade: Bruno Miguel Félix Ferreira

LEADEROESTE - Associação de Desenvolvimento Rural

A Leader Oeste é uma Associação privada sem fins lucrativos criada em 1994 e sediada na vila do Cadaval, distrito de Lisboa, região NUTS III Oeste. Trata-se de uma organização cujo objeto social é, resumidamente, levar a cabo ações de dinamização no sentido do desenvolvimento local das freguesias mais rurais da região Oeste. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por esta organização tem estado centrado na implementação de projetos sociais, culturais e económicos que privilegiam os atores do meio local rural do Oeste.

Os seus atuais 79 associados são todos pessoas coletivas com sede ou influência de ação na região Oeste. Indo ao encontro do seu objeto e tendo como base de operacionalidade os processos de desenvolvimento local onde a parceria é uma parte incontornável (Serafim, 1999), esta organização procura, desde da sua génese, ser representativa dos diversos sectores socioeconómicos do Oeste.

Parceiros: Leader Oeste

Site: www.quadranteoeste.com

Quota anual: 60 €

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues

Atividade recente: assembleia geral no dia 29 de março

Liga dos Combatentes - núcleo de Torres Vedras

A Liga dos Combatentes tem como objetivos:

- Promover a exaltação do amor à Pátria e a divulgação, especial entre os jovens, do significado dos símbolos nacionais, bem como a defesa intransigente dos valores morais e históricos de Portugal;
- Promover o prestígio de Portugal, designadamente através de ações de intercâmbio com associações congéneres estrangeiras;
- Promover a proteção e auxílio mútuo e a defesa dos legítimos interesses espirituais, morais e materiais dos sócios;
- Cooperar com os órgãos de soberania e da Administração Pública com vista à realização dos seus objetivos, nomeadamente no que respeita à adoção de medidas de assistência a situações de carência económica dos associados e de recompensa daqueles a quem a Pátria deva distinguir por atos ou feitos relevantes praticados ao seu serviço;
- Criar, manter e desenvolver departamentos ou estabelecimentos de ensino, cultura, trabalho e solidariedade social em benefício geral do País e direto dos seus associados.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

MOVIJOVEM - Pousada da Juventude

A Movijovem é uma cooperativa multissetorial com atuação no ramo da solidariedade social e serviços, tendo como elemento de referência “serviços”

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino e Cláudia Sofia Horta Ferreira

OESTE SUSTENTÁVEL - Agência Regional de Energia e ambiente do Oeste

O projeto de criação da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste - Oeste Sustentável teve início no ano de 2007, quando a Associação de Municípios do Oeste candidatou o projeto ao Programa Europa Energia Inteligente. A Agência pretende contribuir para um maior eficiência energética e utilização racional da energia na Região Oeste.

Parceiros: Câmaras Municipais de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Site: www.oestesustentavel.pt

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Programa “Cidades amigas das crianças”

O Programa Cidades Amigas Crianças preconiza a adoção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que potencie a articulação entre todos os setores municipais e o estabelecimento de parcerias com instituições da comunidade que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, em particular das crianças.

O Programa insere-se na iniciativa internacional Cidades Amigas das Crianças, liderada pela UNICEF desde o ano 2000, e foi relançado em Portugal em 2015.

Parceiros: Comité Português para a UNICEF

Site: medium.com/@cidades_amigas

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues

Programa “Municípios amigos do desporto”

O Programa MUNICÍPIO AMIGO DO DESPORTO constitui um grupo de boas práticas de *benchmarking* e de formação em relação ao modelo de intervenção dos municípios nas práticas de atividades físicas e no desenvolvimento desportivo assim como dos resultados obtidos pelos municípios portugueses.

Os municípios aderentes participam num grupo que tem diversos benefícios ao longo do ano e que podem ser consultados mais à frente neste documento.

Trata-se também, de um sistema de reconhecimento público de boas práticas, através da atribuição do Galardão “MUNICÍPIO AMIGO DO DESPORTO”.

Parceiros: Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, Direção Geral da Saúde, Associação Portuguesa de Direito Desportivo, Associação Nacional de Gerontólogos e União Portuguesa dos Diretores e Técnicos de Exercício Físico.

Site: formar.pt/programas.html

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues

Projeto Biklio

Consiste na divulgação da aplicação para telemóvel-*app* de nome *Biklio*, que ao ser instalada nos telemóveis dos utilizadores de bicicleta poderá proporcionar descontos em estabelecimentos comerciais aderentes (*Spots*) - Projeto europeu TRACE (Walking and Cycling Tracking Services).

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses

A ASSOCIAÇÃO QUALIFICA / oriGIn Portugal é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que visa a valorização, qualificação, defesa, promoção e dignificação da identidade dos produtos tradicionais portugueses.

A 7 de Junho de 2015 a QUALIFICA constituiu-se como secção portuguesa do Movimento Internacional oriGIn - organização não governamental, criada em 2003, para responder ao fenómeno crescente das usurpações que afetam as Indicações Geográficas (IG ou, em terminologia inglesa, GI).

O oriGIn representa hoje mais de 400 Agrupamentos de Produtores de IGs, provenientes de mais de 40 países.

Site: qualificaportugal.pt

Quota anual: 2165 €

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Quality Coast - EUCC / Green Destinations

O QualityCoast é o maior programa de certificação internacional para destinos de turismo sustentável. Desde 2007, mais de 140 destinos turísticos em 23 países foram selecionados para um Prémio QualityCoast: cidades costeiras, resorts e ilhas.

Com o programa QualityCoast, a Coastal & Marine Union - EUCC tem como objetivo estabelecer uma rede mundial de comunidades costeiras que compartilhem valores semelhantes em desenvolvimento sustentável, natureza e biodiversidade, património cultural e identidade e responsabilidade social, mantendo altos padrões na qualidade do seu turismo.

Parceiros: o grupo ECNC é composto pelo ECNC-European Center for Nature Conservation e Coastal & Marine Union - EUCC. O Grupo ECNC dedica-se a uma "Europa bonita" para as gerações presentes e futuras, com base em uma biodiversidade rica, ecossistemas saudáveis e fortes ligações entre a natureza e a sociedade.

Site: www.qualitycoast.info/www.ecncgroup.eu

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Rede das Autarquias Participativas

A criação da Rede de Autarquias Participativas (RAP) surgiu no âmbito do projeto “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal” e teve o seu arranque na 1ª Conferência Portugal Participa, através da oficina “Rede de Autarquias Participativas: o arranque de um processo”, durante a qual se trocaram ideias e opiniões sobre a necessidade e a utilidade de uma estrutura como esta para Portugal. A assinatura de uma Carta Compromisso no final do encontro constituiu um ato simbólico que se traduziu na implicação direta das autarquias presentes no processo de criação da RAP.

A Rede de Autarquias Participativas pretende ser uma estrutura colaborativa que congrega todas as autarquias portuguesas comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local.

Tem como principais objetivos:

- Promover a democracia participativa a nível local, assegurando o envolvimento dos eleitos, dos técnicos e dos cidadãos;
- Facilitar a troca de experiências, fortalecendo as práticas em curso e ampliando a novos mecanismos de envolvimento dos cidadãos na gestão pública nas autarquias;
- Promover a capacitação dos diversos atores envolvidos nos processos participativos;
- Criar, alimentar e divulgar um sistema de informação atualizada sobre os mecanismos de democracia participativa no país;
- Reforçar a gestão pública transparente, assegurando a produção de informação de fácil utilização e a compreensão por parte de todos os cidadãos;
- Ampliar a Rede através da incorporação progressiva de novas autarquias comprometidas com a democracia participativa;
- Estabelecer intercâmbio com organizações, tais como ONG, universidades e outras entidades comprometidas com estas matérias;
- Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novos mecanismos e divulgando as práticas desenvolvidas em Portugal.

A RAP assume-se como uma plataforma de colaboração informal entre os seus membros, não se antevendo a criação de uma qualquer organização de âmbito mais formal.

Site: www.portugalparticipa.pt

Quota anual: 950 €

Representante da entidade: Cláudia Sofia Horta Ferreira

Rede das Cidades que Caminham

A Rede das Cidades que Caminham é uma rede ibérica, composta por municípios e instituições de Espanha e Portugal interessados em melhorar a situação dos peões através da implementação e intercâmbio de iniciativas destinadas a melhorar a acessibilidade universal, segurança rodoviária e o próprio ambiente. As diretrizes básicas da rede são inspiradas nos princípios consagrados na Carta dos Direitos Pedestres aprovadas pelo Parlamento Europeu em Outubro de 1988 e na Carta Internacional para caminhar.

Parceiros: Rede com cerca de 25 cidades de Espanha e Portugal.

Site: www.ciudadesquecaminan.org

Quota anual: 300 €

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad

A Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad é uma associação com carácter público mas de direito privado e que tem por fim uma atuação conjunta, na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica (artº. 1º dos Estatutos)

Assim, a Rede de Judiarias de Portugal, fundada em dezassete de Março de 2011 pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial com a promoção turística, ação que ajudará igualmente a descobrir uma forte componente da identidade portuguesa e peninsular.

O contributo dos judeus portugueses para a história do mundo foi enorme; desde a ciência náutica que há mais de 500 anos deu ao país um avanço decisivo para o início da globalização, à evolução da economia mundial e da medicina, muitos foram os sectores em que o papel dos sefarditas nacionais se tornou preponderante.

Parceiros: 26 Municípios portugueses

Site: www.redejudiariasportugal.com

Quota anual: 1500 €

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Rede de Municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas

Aumentar a capacidade dos municípios portugueses para incorporar a adaptação às alterações climáticas nas suas políticas, instrumentos de planeamento e intervenções é o objetivo genérico da Rede de Municípios para a Adaptação às Alterações Climáticas.

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

A Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), formalmente criada a 15 de março de 2013, é constituída por 21 municípios portugueses comprometidos com a realização de um trabalho mais estruturado e eficaz no combate à pobreza no âmbito das suas ações de Cooperação para o Desenvolvimento com entidades congéneres nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos

Criado em 2003 (Ano Europeu de Pessoas com Deficiência), este organismo consiste "num conjunto de Cidades ou Vilas do país, que manifestam vontade de eliminar as principais barreiras arquitetónicas e urbanísticas, que perturbam a mobilidade a todo e qualquer cidadão".

Representante da entidade: Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas

Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis

A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis é uma associação de municípios que tem como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendam assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda dos decisores políticos.

Constituída formalmente em 10 de outubro de 1997, a Rede desenvolve a sua intervenção tendo por base as seguintes linhas orientadoras:

- Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde;
- Promover e intensificar a cooperação e a comunicação entre os municípios que integram a Rede e entre as restantes redes nacionais participantes no projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Site: redemunicipiossaudaveis.com

Quota anual: 1347,27 €

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

REVES - European Network of Cities and Regions for the Social Economy

REVES é a única organização europeia que se baseia na parceria entre as autoridades locais e regionais e organizações territoriais de economia social.

Sob a “economia social”, a REVES considera cooperativas, sociedades mútuas, associações, fundações e, de uma forma geral, todas as organizações que afirmem a “primazia do indivíduo e do objetivo social sobre o capital, a adesão livre e voluntária, o controlo democrático pelos seus membros, a conjugação de interesses dos membros ou utilizadores com o interesse geral, a defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade, a gestão autónoma e a utilização sustentável da maioria dos excedentes.” Os membros da REVES são as autoridades locais ou organizações de economia social que estão atualmente a desenvolver, ou desejam desenvolver, políticas que promovam a economia social e solidária, para uma sociedade mais justa, inclusiva, participativa e responsável; uma rede de inovação social, em termos de métodos e procedimentos baseados na construção conjunta e na partilha de capacidades dos membros e dos seus territórios.

Site: www.revesnetwork.eu

Quota anual: 2000 €

Representante da entidade: Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

A RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança pretende vir a congregar cidadãos e instituições que em Portugal, tenham responsabilidades na gestão dos risco, desde a sua prevenção até à reabilitação das áreas por eles afetadas.

Um dos objetivos de base é integrar todos aqueles que participam em tarefas de proteção e socorro, e ainda, todos os cidadãos que desejam conhecer os riscos e o modo como podem afetar as vivências do quotidiano, considerando também o modo como se devem prevenir e proteger

Parceiros: Autoridade Nacional de Proteção Civil

Site: www.ceru-europa.pt

Representante da entidade: Carlos Manuel Antunes Bernardes

SEFO - Sociedade de Educação e Formação do Oeste, Lda

A ESCO - Escola de Serviços e Comércio do Oeste é uma escola profissional de natureza privada, que prossegue fins de utilidade pública.

A ESCO iniciou a sua atividade em 1992 e tem como entidade proprietária a SEFO - Sociedade de Educação e Formação do Oeste, Lda. A sua Missão é dar formação de qualidade aos jovens e desenvolver as suas competências técnicas e profissionais, de forma a obterem um lugar de destaque nas empresas da região como técnicos intermédios e aumentar a qualificação dos adultos, de modo a responder às necessidades do tecido empresarial. É igualmente missão da ESCO desenvolver atividades que fomentem a formação integral dos formandos, no sentido de promover a cidadania responsável, a solidariedade e a inclusão social.

Parceiros: ACIRO - Associação Comercial, Industrial e de Serviços da Região Oeste, a ADRO - Agência para o Desenvolvimento Regional do Oeste, a AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, a Câmara Municipal de Torres Vedras e o Turismo do Centro.

Site: www.sefo.pt

Representante da entidade: Laura Maria Jesus Rodrigues